

DOSSIÊ: CULTURA, PODER E MODALIDADES DE ENGAJAMENTO

TRANSAÇÕES CULTURAIS, INTELECTUAIS E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Odaci Luiz Coradini
Eliana Tavares dos Reis

A gama de contribuições ora apresentada faz parte de um esforço coletivo de atualizar, em diferentes espaços de interlocução, reflexões assentadas em pesquisas empíricas centradas, *grosso modo*, em estudos sobre seleção e afirmação de elites políticas e culturais. Em especial, destacam-se as discussões oportunizadas nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) sobre “Grupos dirigentes e estruturas de poder”, no dossiê publicado no número 15 da *Revista Pós Ciências Sociais* (v. 8, jan./jul de 2011) e no livro *As Ciências Sociais e os espaços da política* (2012), que aglutinam uma rede de pesquisadores realizando investigações passíveis de serem classificadas naquela temática mais ampla.

Os artigos que compõem este dossiê tratam de processos e condicionantes que in-

terferem em investimentos (individuais e coletivos) de aquisição, formulação e transmissão de representações sobre o mundo social. Assim, os autores partem de eixos analíticos comuns para focalizar distintos universos de produção, competição e trocas culturais variadas (ideias, valores, instituições, práticas...). E, por esse intermédio, desenharam espaços pautados por relações desiguais em diferentes níveis, racionalidades e estratégias de imposição.

É nos desdobramentos dos embates e convergências sobre as formas de agir e de perceber, levada a cabo por agentes especializados no trabalho de manipulação de bens simbólicos, que Estados Nacionais, portavozes, disciplinas, modelos de conhecimento e terminologias ganham seus contornos de auto-evidência. Trata-se, então, de reunir neste número análises que pontuam opera-

ções de categorização – em torno das quais muitas ações e hierarquizações ganham sentido –, principalmente quando edificadas mediante a produção de “intelectuais” e suas díspares modalidades de atuação.

Um dos aspectos trazidos à tona pela maioria dos textos deste volume diz respeito às transações – em múltiplas vias – de produtos centrais (técnicas, nomeações, saberes, normatividades, redes, organizações, repertórios...) exportados, imbricados e precariamente ajustados às condições de inscrição dos importadores (instituinto oposições entre dominantes e dominados). Pode-se pensar aqui o lugar ocupado pelos próprios cientistas sociais nestes intercâmbios e, sobretudo, a sua tradução em definições de ciências sociais contrastantes e concorrentes.

Em termos gerais, uma bipolaridade que pode ser destacada é aquela representada pelos estudos de Gisèle Sapiro e Silvia Sigal, autoras dos dois primeiros artigos do dossiê, cujas análises são um convite para problematizar questões que, de certo modo, dizem respeito ao conjunto dos textos.

Para situar brevemente, Sapiro (1999; 1996a; 1996b) em suas investigações não se dedica somente a operacionalizar conceitos como o de *campo*, mas igualmente pesar as implicações metodológicas e técnicas, bem como os pressupostos relativos ao conjunto do espaço social dos “intelectuais”. Desse modo, por um lado, são postos em prática métodos e técnicas de trabalho (particularmente a análise de correspondência múltipla) visando à exploração das relações entre os indicadores de origem e disposição, de posição e de tomada de posição dos agentes. Por outro lado, são considerados especificamente os efeitos da autonomização relativa do espaço literário, o que leva à conclusão de que os resultados obtidos a partir daquelas relações devem ser nuançados, ten-

do em vista os efeitos próprios da dinâmica interna desse espaço (SAPIRO, 1999, p. 94). Em síntese, longe “de propor uma visão despolitizada do mundo literário”, são grifadas as suas vinculações com a política que, no entanto, ocorrem em função da “mediação própria do campo literário” (SAPIRO, 1996a, p. 29). O cotejamento concomitante das relações entre indicadores de origem e disposição, de posição e de tomada de posição leva, inclusive, à utilização combinada de instrumentos de investigação à primeira vista completamente díspares, tais como a análise de correspondência e a de trajetos. O que tem consequências também nas formas de exposição de resultados da pesquisa (SAPIRO, 1996b).

Em determinadas configurações históricas e sociais, procedimentos deste tipo ganham outros matizes quando se leva em conta oposições do tipo centro / periferia, cujas relações envolvem agentes, práticas e universos, alcançando a adoção e utilização de esquemas de análise nas ciências sociais. Ressaltam-se os desafios decorrentes da forte multidimensionalidade que marcam a emergência e existência social de práticas sociais que conectam o “intelectual” e a “política” nessas dinâmicas, produzindo efeitos que podem ser percebidos tanto nas formulações e opções de análise destas práticas, como na viabilidade mesmo de superação dos entraves teóricos e metodológicos para a sua apreensão enquanto objeto das ciências sociais. Mormente, acentuam-se as circunstâncias de estruturação das relações centro / periferia que ditam parâmetros de acesso e operacionalização de esquemas teóricos e metodológicos elaborados e autorizados a partir dos centros ocidentais.

É necessário lembrar que são precisamente os processos de objetivação social de lógicas de ação e de práticas sociais multidimen-

sionais que sustentam alguns dos principais esquemas analíticos das ciências sociais, nos quais são abarcadas relações entre a economia, a religião, a ética, a política, entre outras, e encaradas a variação de desenlaces e graus de autonomização. Como é o caso daquelas que fundamentam a abordagem das “ordens” ou da oposição entre as bases de constituição dos grupos de *status* e das classes, proposta por Max Weber (1984), ou de recursos e respectivos princípios de legitimação constituindo *campos de força*, nos termos de Pierre Bourdieu (1979), ou ainda que indicam o delineamento de *esferas* ou *universos sociais* nas quais determinadas interações podem ser apreendidas, como apontam diferentes versões do *interacionismo*.

Ocorre que, no que tange à condição e às práticas comumente atribuídas aos “intelectuais”, abrangendo as disposições para o engajamento e militância, mesmo nos centros ocidentais não são nítidas e unívocas a sua identificação e possibilidade de descrição. Os processos de autonomização não necessariamente resultaram na sua definição como “ordens”, “classe”, “campo” ou “esferas” de uma vez por todas bem delimitadas. Em todo caso, é possível observar investimentos no sentido de fortalecimento das fronteiras do trabalho intelectual na história europeia recente, notadamente na França, com o movimento deflagrado com o “affaire Dreyfus”, e a emergência da figura social do “intelectual”, através da militância moral (CHARLE, 1990; PROCHASSON, 1993), consoante com o descolamento progressivo do espaço do ensino superior e com o maior distanciamento entre o pólo cultural (ou intelectual) e o científico (CHARLE, 1996; LE-PENIES, 1990). O que contribuiu, por consequência, para a formação de um espaço de elaborações no qual os pesquisadores podem exercer suas atividades com maior dis-

tanciamento e independência frente ao conjunto das demandas e pressões econômicas, políticas e midiáticas.

No que se refere singularmente à crescente absorção das práticas de engajamento e de militância moral, associativa e política em universos formalmente institucionalizados, na Europa isso não aconteceu apenas mediante a sua concentração nos partidos, mas configurando uma espécie de divisão e especialização complementar com outras modalidades de organização. Ou seja, favorecendo tanto empresas de militância mais próximas do espaço político, como outras modalidades e lugares de intervenção considerados legítimos.

Em suma, apesar da forte multidimensionalidade das lógicas de ação e das práticas sociais, nos centros ocidentais tende a ocorrer uma relativa autonomização da condição de intelectual e, portanto, das suas relações com outros espaços, inclusive aqueles das variadas formas de engajamento e militância. Isso, no entanto, não contempla todas as grandes potências nacionais, como indica de modo exemplar o caso dos Estados Unidos, seja no tocante ao espaço do ensino universitário (CHARLE, 1994, p. 17), seja reportando aos usos militantes e políticos da cultura escolar (DEZALAY & GARTH, 2002).

Já foi mencionada a importância que esses processos têm nas formulações teóricas e conceituais das ciências sociais, mas devem ser destacadas algumas das diferenças entre os centros ocidentais e as condições periféricas, bem como os limites que impõem. Tarefa dificultada pela inexistência de algum pressuposto estabelecido que possa ser adotado *à priori* para a verificação de relações do tipo centro / periferia, e acrescida pelo fato de que as condições das ciências sociais em países desfavoravelmen-

te alocados na hierarquia da produção científica mundial não estão exatamente entre as principais preocupações dos cientistas sociais situados nos grandes centros internacionais. De qualquer modo, e em termos bastante simplificados, num pólo, as discrepâncias entre as condições periféricas e os centros ocidentais podem ser assimiladas como fruto de distintas temporalidades ou estágios de institucionalização destas ciências. Sendo assim, as diferenças, em geral, se traduzem na “presença” ou na “ausência” de determinadas condições, tais como aquelas da maior autonomia dos espaços ou das esferas de atividades e práticas sociais. Num outro pólo, essas diferenças podem ser tratadas como o resultado do próprio encadernamento das relações centro/periferia. Nessa perspectiva, elas não são associadas a alguma oposição entre fases da “tradicionalidade” ou “modernidade”, nem dependem das maiores ou menores chances de apropriação de esquemas culturais, científicos ou tecnológicos pelos dominados.

Avança-se no sentido de encarar esses aspectos aportando diretamente sobre os processos (condicionantes, agentes, produtos, estratégias...) de adaptação e de absorção dos bens importados. Nesta trilha, Mario Grynspan (“Origens e conexões norte-americanas do agribusiness no Brasil”) oferece um belo exemplo de tratamento das condições de emergência e de objetivação de uma categoria específica nos Estados Unidos, examinando trajetórias de agentes, instituições, disciplinas, espaços profissionais, para compreender como o “agribusiness” chega ao Brasil. Da fabricação nas instituições universitárias norte-americanas à versão brasileira do “agronegócio”, o autor enfatiza que não é uma simples questão de tradução, “mas de uma redefinição mesmo, que se inscreve em um conjunto de

lutas políticas”. Com efeito, somente pode ser apreendida examinando a série de fatores (alianças, disputas, investimentos, recursos, posicionamentos, etc., entre indivíduos e instituições, privadas e públicas, nacionais e internacionais) que se coadunam no “trabalho de produção e imposição de novas representações do rural, de seus agentes e de suas relações não somente com o urbano, mas com o mundo de maneira mais ampla”.

Na linha de discussão dos processos de circulação internacional das ideias, agora a partir de um centro europeu, Rogério Monteiro de Siqueira e Daniela Maria Ferreira (“Newton da Costa, Leônidas Hegenberg e a gênese dos estudos de Lógica e Teoria da Ciência no Brasil”) tentam localizar a trajetória internacional de dois agentes que estariam entre os principais importadores de ideias do Círculo de Viena e que teriam contribuído para a institucionalização e o reconhecimento institucional do ensino e pesquisa da lógica e da teoria da Ciência no Brasil.

A viabilização de pesquisas desse tipo exige a transposição de dificuldades que decorrem tanto das condições (históricas, sociais, econômicas, culturais, profissionais, etc.) disponíveis em contextos cujas práticas sociais não raro são orientadas por referenciais e princípios de legitimação exógenos, como das condições de importação dos esquemas analíticos das ciências sociais.

A discussão que se coloca não é restrita ao debate sobre o maior ou menor grau de adequação ou de “aplicabilidade” de determinada definição ou conceito síntese. Até porque as discussões nessas bases, implícita ou explicitamente, comporta um fundamento objetivista – quando não substancialista –, na medida em que fenômenos e processos socialmente objetivados e descritos em outras condições históricas são to-

mados como pressupostos intrinsecamente presentes nas condições (contrastantes) em estudo. A “aplicação” de determinado conceito de forma reificada permitiria “desvendar” esta presença pressuposta. Logo, no limite, o que está em jogo são as próprias relações dos cientistas sociais com fenômenos ligados à condição de periferia e, especialmente, a forma como lidam com oposições e tensões entre as diversas versões de *objetivismos* e de *perspectivismos*.

É nesse ponto que a reflexão de Silvia Sigal (“Intelectuais, cultura e política na Argentina”) aparece como exemplar, visto que, simultaneamente, recusa uma abordagem como “aplicação de conceitos” (como o de *campo* ou outro qualquer), e não assume as condições periféricas como mera manifestação de “ausências”. Neste caso, a autora busca outras lógicas de ação, sublinhando elementos pertinentes às concepções de “política” e de “intelectual” na Argentina, principalmente no que são tributárias das estratégias internacionais de consagração. Ao passo que Gisèle Sapiro (“Modelos de intervenção política dos intelectuais. O caso francês”) já se permite construir tipos ideais ancorados na combinação de três dimensões fundamentais que estruturam e definem a distribuição dos agentes no campo intelectual, a saber: o capital simbólico pessoal e/ou coletivo detido; a independência que desfrutam ou não em relação à demanda política externa; e o grau de especialização da sua atividade nos diferentes estágios de institucionalização relativos ao plano profissional.

É preciso estabelecer que conceitos, como síntese analítica de determinadas condições históricas e sociais, nem sempre são transculturais (BADIE & HERMET, 1993, p. 10) ou transferíveis de um contexto para outro (mesmo tratando-se de “centros”

e, muitos deles, apenas possuem correspondência no âmbito da configuração social em que foram elaborados. Evidentemente, isso se refere a conceitos enquanto síntese e não atinge as abordagens ou os princípios analíticos e seus fundamentos teóricos. Nesse sentido, é importante notar que Bourdieu (1997, p. 13-28), por exemplo, ao defender a pertinência da utilização do esquema analítico desenvolvido para a análise do espaço social na França – com base na premissa da oposição entre o capital econômico e cultural – para o estudo do caso japonês, teve o cuidado de circunscrever essa possibilidade para “todos os países desenvolvidos”. Porém, o foco não deve ser o grau de “desenvolvimento”, mas sim priorizar o caráter relacional dos mecanismos de estruturação e hierarquização dos domínios sociais nos limites fluidos das fronteiras nacionais, e em que medida eles são derivados das ligações com centros internacionais. O que permite retomar a relação dos intelectuais argentinos descritos por Sigal (2002) com a “política” e com os centros de consagração internacional, que são as suas principais fontes de crédito e de referências. Mas quando se trata fundamentalmente de ciências sociais, independentemente da posição na distribuição global dos países, ainda não existem condições de formação de algum “campo” em âmbito internacional para essa disciplina (BOURDIEU, 1991).

Da mesma maneira, aquilo que é geralmente designado como “política” deve ser ponderado apoiando-se nas lógicas autóctones e não por analogia às definições dos centros ocidentais para os quais, quase sempre, refere-se a um tipo de atividade atrelada ao campo da representação política. O mesmo se aplica a outras noções correlatas, como aquelas de engajamento e militância (CORADINI, 2012; REIS e GRILL, 2008).

A negligência de aspectos desse tipo cria condições propícias para o estabelecimento e o uso de esquemas de raciocínio por analogia, particularmente quando está em pauta alguma concepção de ciências sociais enquanto “aplicação de conceitos”, com o uso metafórico ou alusivo de determinadas noções, muitas vezes como trunfo de distinção erudita (CORADINI, 2012; REIS, 2012). Em sociedades nas quais a “política” tem importância decisiva – admitindo práticas sociais extremamente conflitivas e congregando posições e estratégias discursivas absolutamente ambivalentes – e nas quais as referências à cultura erudita preponderam enquanto recurso ou retórica de legitimação, sempre é possível “projetar” e “evidenciar” semelhanças e analogias com aquilo que é estampado relativamente aos centros ocidentais.

A valorização do elo com o polo dominante parece estar diretamente vinculada às situações em que a afirmação dos protagonistas depende justamente da associação (personificada) que conseguem fixar com os símbolos de acesso aos centros (autores, movimentos, escolas, etiquetas...), corroborando a importância dos papéis de importadores e mediadores que desempenham. O que acaba, por conseguinte, engendrando a confusão entre estratégias de legitimação, lógicas de ação e os interesses em pauta.

Colocam-se ainda os obstáculos nas relações entre os cientistas sociais, que abrangem a própria constituição do objeto de estudo nesse tipo de estrutura de dominação com base nas relações entre “intelectuais” e formas de intervenção no mundo social. É somente a partir de esquemas oriundos do racionalismo aplicado em oposição à “cultura dos sentimentos” (enquanto elaboração e imposição de sentido) que é possível se pensar em termos sociológicos mais estritos e rigorosos. Essa oposição básica entre

os “escritores e os críticos de um lado e os especialistas em ciências sociais de outro”, que está nas origens da sociologia nos centros ocidentais (LEPENIES, 1990, p. 7), se torna ainda mais crucial quando o objeto de estudo é constituído pelos próprios “intelectuais”. Evidentemente, não é simples aderir ao trabalho de produção propriamente enquadrado no *racionalismo aplicado* em condições sociais e institucionais objetivas adversas à ruptura e à adoção de uma posição (e posicionamento) de exterioridade frente a dadas expectativas e injunções do papel de “intelectual”. Mas, certamente, é a via para que as ciências sociais não sejam facilmente capturadas e transformadas meramente em meio e instrumento de luta nas disputas pela imposição da definição e dos critérios de excelência da condição de “intelectual”.

No Brasil, a tendência geral de aprofundamento e de expansão do *spoil system* com a inserção de “intelectuais”, incluindo os cientistas sociais, ganha contornos fortes na medida em que garantem aos agentes reconhecimentos e carreiras bem sucedidas. Reforçando, portanto, a justaposição entre os usos das ciências sociais, a condição de “intelectual” voltada para as questões práticas inerentes à razão de estado e, assim, a conformação ao *spoil system* brasileiro e às retribuições daí derivadas. Se a importância daquilo que é considerado como cultura erudita legítima é diretamente proporcional à sua raridade, em situações de acesso restrito e seletivo aos mais altos graus de escolarização, de forte amálgama com a “política” e de exaltação da participação no *spoil system*, aquilo que é considerado como “cultura” (no sentido mais legítimo) tende a se tornar meio e instrumento de disputa entre posições e facções políticas, organizações de representação de interesse, regiões e outras unidades que podem se consa-

grar como agente “político”. Neste cenário, não apenas as ciências sociais podem servir e ser demandadas como fornecedoras de sanções relativamente aos critérios e princípios de definição e de excelência “intelectual” ou da “cultura” legítima, como também podem funcionar como atestado de sua própria existência. Com efeito, em condições de excessiva monopolização da cultura erudita legítima por parte de alguns agentes, o mero recurso à palavra escrita ou publicada pode promover reputações e legitimidades. As “garantias” e “seguranças” advindas desse trunfo funcionam a despeito dos eventuais confrontos e disputas em torno de tomadas de posição. Sendo assim, a oposição básica entre a produção restrita e a produção para o grande público, típica das estruturas com base em determinado “campo” cultural, toma outro sentido (CORADINI, 2000, p. 16).

Ocorre algo semelhante ao processo constatado nos usos do jornalismo ou da palavra escrita em geral em condições de extrema raridade desse tipo de recurso, onde o simples registro escrito pode adquirir o significado de certificação da notabilidade dos “letrados” (CORADINI, 2000; 2003; REIS e GRILL, 2008). O que é demonstrado por Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis (“O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita”) quando analisam os entrelaçamentos entre atividades políticas e produção escrita, a partir do estudo de carreiras de parlamentares atuantes entre 1945 e 2010, que se aplicaram na publicação de livros. A exploração panorâmica que conforma o quadro sociográfico de políticos que ocuparam cargos de Deputado Federal ou de Senador permite perceber as interferências do trabalho intelectual sobre a seleção, hierarquização, afirmação e exercício de postos polí-

ticos, evidenciando a polifonia germinada dos escritos, que articulam múltiplas lógicas, ao mesmo tempo cristalizando sentidos e deixando espaço para novas equivalências. O estudo suscita pistas sobre os significados que a dedicação à escrita pode adquirir enquanto recurso / trunfo de distinção social e política mediante a afirmação de uma condição de “intelectual”, cuja eficácia é buscada na concorrência pelo duplo trabalho de representação (como mecanismo classificatório e de delegação) com outros agentes (que disputam cargos ou não) que visam ter a voz autorizada para dizer o que é ou deveria ser a “política”, o “Estado”, a “sociedade”, etc.

Pelo o que se tem dito até aqui, sabe-se dos controles, rupturas e persistências que implicam em pesquisas nas quais os agentes, como afirmam Ana Maria Almeida, Marília Moschkovich e Karen Polaz (“Pesquisando os grupos dominantes – notas de pesquisa sobre acesso às informações”), ao menos parcialmente, concentram e administram o fluxo de recursos (materiais e culturais) disponíveis, o que têm efeitos sobre a dinâmica de execução das investigações. Interrogando-se sobre o acesso a determinadas fontes de informação e produção de dados pertinentes ao estudo dos grupos dominantes, as autoras problematizam no artigo, num primeiro momento, as barreiras à observação participante, ao tratamento etnográfico e à realização de entrevistas que se manifestaram durante o estudo dos “processos de socialização das crianças oriundas dos grupos privilegiados”. Num segundo momento, o foco são os empecilhos à utilização da Plataforma Lattes que, todavia, não deixa de ser uma fonte de dados potente para a investigação de lógicas e princípios que regem um segmento importante das elites culturais. Examinando a organi-

zação de tal base de dados, as autoras de-
tectam indícios de concepções do que é uma
carreira acadêmica para um setor da buro-
cracia de estado no Brasil e para os próprios
pesquisadores ao preencherem o formulário.

Foge-se, então, do costumeiro caráter
de celebração de algum tipo de panteão ou,
simplesmente, do registro de personalidades
aptas a ostentar a “grife” de “intelectual”
com sua importância “cultural”, para des-
cer nos jogos sociais específicos nos quais
agentes portadores de determinados atribu-
tos estão inscritos.

REFERÊNCIAS

- BADIE, B. HERMET, G. **Política Compara-
da**. México: Fondo de Cultura Econômica,
1993.
- BOURDIEU, P. Epilogue: On the possibility
of a field of world sociology. In. BOUR-
DIEU, P. & COLEMAN, J. S. (eds.). **Social
Theory for a Changing Society**. Boulder,
San Francisco, Oxford, New York, Wes-
tview Press & Russell Sage Foundation,
1991.
- BOURDIEU, P. **La Distinction: Critique so-
ciale du jugement**. Paris: Les Éditions de
Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Sobre a te-
oria da ação. Campinas: Papirus, 1997.
- CHARLE, C. **Naissance des “Intelectuels”
1980-1900**. Paris: Les Éditions de Minuit,
1990.
- CHARLE, C. **La Republique des Universi-
taires 1870-1940**. Paris: Éditions du Seuil,
1994.
- CHARLE, C. **Les Intellectuels en Europe au
XIXe. Siècle**. Essai d’histoire compare. Pa-
ris: Éditions du Seuil, 1996.
- CORADINI, O. L. **Elites Culturais e Con-
cepções de Políticas no Rio Grande do Sul
Entre as Décadas de Vinte e Sessenta**. Re-
latório de Pesquisa para o CNPq. Porto
Alegre, 2000 (Inédito).
- CORADINI, O. L. As missões da “cultura” e
da “política”: confrontos e reconversões de
elites culturais e políticas no Rio Grande do
Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio
de Janeiro, nº 32, 2003. (p. 125-144).
- CORADINI, O. L. **Carreiras, Spoil System e
Princípios de Avaliação no CNPq**. Texto
preparado para apresentação no Colóquio
Circulação internacional, formação e re-
composição dos grupos dirigentes no *Focus*
da Unicamp, em 2012. (Inédito).
- DEZALAY, Y. e GARTH, B. G. **La Mondia-
lisation des Guerres de Palais**. La restruc-
turation du pouvoir d’État en Amerique
Latine, entre notables du droit et “Chicago
Boys”. Paris: Éditions de Seuil, 2002.
- LEPENIES, W. **Les Trois Cultures; Entre
science et littérature; l’avènement de la so-
ciologie**. Paris: Éditions de la Maison des
Sciences de l’Homme, 1990.
- PROCHASSON, C. **Les Intelectuels, le So-
cialisme et la Guerre 1900-1938**. Paris:
Éditions du Seuil, 1993.
- REIS, E. T. dos e GRILL, I. G. **Letrados e
Votados: lógicas cruzadas do engajamento
político no Brasil**. TOMO, UFS, n. 13, jul./
dez., 2008.
- REIS, E. T. dos. **Saberes em movimento:
transações entre ‘intelectuais’, definições
de Ciências Sociais e a ‘política’**. In. SEIDL,
E. e GRILL, I. G. **As Ciências Sociais e os
espaços da política**. Rio de Janeiro: Editora
da FGV, 2012.
- REVISTA PÓS CIÊNCIAS SOCIAIS. Dossiê:
Elites. Universidade Federal do Maranhão.

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. V.8, n.15, 2011.

SAPIRO, Gisèle. La raison littéraire. Le champ littéraire français sous l'Occupation (1940-1944). *Actes de la Recherche en sciences sociales*, nº 111-112, 1996a (p. 3-35).

SAPIRO, G. Salut littéraire et littérature du salut; Deux trajectoires de romanciers catholiques: François Mauriac et Henry Bordeaux, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 111-112, mars, 1996b. (p. 36-58).

SAPIRO, G. *La Guerre des Écrivains 1940-1953*. Paris: Fayard, 1999.

SEIDL, E.; GRILL, I.G. (Orgs.) *As Ciências Sociais e os Espaços da Política*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

SIGAL, S. *Intelectuales y poder en Argentina*. La década del sesenta. Argentina: Siglo veintiuno de Argentina Editores, 2002.

WEBER, M. *Economia y Sociedad; Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

NOTA SOBRE OS AUTORES

Odaci Luiz Coradini é Doutor em antropologia social, professor e pesquisador de ciências sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente suas pesquisas estão centradas particularmente em temas ligados ao recrutamento e composição de elites culturais e políticas e ao engajamento e militância.

Eliana Tavares dos Reis é professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA. Possui graduação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado em Ciência Política (UFRGS). Tem investigado as modalidades de militância política e os condicionantes da afirmação de elites culturais e políticas. Coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC).

